



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
1ª Vara Cível da Comarca de Viamão

Rua Bento Gonçalves, 90 - Bairro: Centro - CEP: 94415700 - Fone: (51) 3485-1377

TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE Nº 5001275-19.2020.8.21.0039/RS

REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERIDO: SERGIO JESUS CRUZ ANGELO

REQUERIDO: FABRICIO OLLERMANN DE OLIVEIRA

REQUERIDO: PEDRO JOEL DE OLIVEIRA

REQUERIDO: EDERSON MACHADO DOS SANTOS

REQUERIDO: MILTON JADER ALVES AMARAL

REQUERIDO: CARLITO NICOLAIT DE MATTOS

REQUERIDO: LUIZ CARLOS BITTENCOURT DOS REIS

REQUERIDO: ANDRE NUNES PACHECO

REQUERIDO: KOLETAR EIRELI -EPP - EPP

REQUERIDO: ALDO LUIZ MEES

REQUERIDO: JAQUELINE DE AZEVEDO MACHADO

REQUERIDO: JAIR MESQUITA DE OLIVEIRA

REQUERIDO: WILLIAM DE OLIVEIRA DIAS

REQUERIDO: JACKSON FERNANDO SCHMIDT

DESPACHO/DECISÃO

Vistos.

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul ajuíza ação cautelar antecedente com pedido de tutela de urgência em face de ANDRE NUNES PACHECO, EDERSON MACHADO DOS SANTOS, CARLITO NICOLAIT DE MATTOS, JAIR MESQUITA DE OLIVEIRA, MILTON JADER ALVES AMARAL, PEDRO JOEL DE OLIVEIRA, SERGIO JESUS CRUZ ANGELO, ALDO LUIZ MEES, JACKSON FERNANDO SCHMIDT, JAQUELINE DE AZEVEDO MACHADO, LUIZ CARLOS BITTENCOURT DOS REIS, FABRICIO OLLERMANN DE OLIVEIRA, KOLETAR EIRELI -EPP – EPP e WILLIAM DE OLIVEIRA DIAS, todos qualificados na inicial, asseverando que, por intermédio da Procuradoria de Prefeitos, foi instaurado Procedimento Investigatório Criminal (PIC) n. 00030.00012/2019 destinado a apurar denúncia formalizada junto àquela Procuradoria, na qual foram imputados fatos criminosos, inicialmente, ao réu André Nunes Pacheco, atual Prefeito de Viamão. Sustenta que durante a instrução do expediente foi deferida a interceptação telefônica de todos os réus, com vista a apurar o fato criminoso, do qual fazem parte os requeridos e que é voltado à prática de crimes contra a Administração, em especial corrupção ativa, passiva, crimes fiscais e licitatórios. Relata que durante as investigações restou clara a prática dos crimes imputados aos réus, estando evidenciado o prévio acordo entre os servidores públicos e agentes privados, sendo a organização criminosa chefiada pelo Prefeito André Nunes Pacheco e dividida em vários núcleos, mas todos eles mantendo prévio ajustes entre os servidores públicos e as empresas Instituto dos Lagos Rio, IPM Sistemas, Koletar Eirelli e Thema Informática, a fim de promoverem entre si vantagens ilícitas. Refere que no dia 30/01/2020, no bojo da medida cautelar nº 70081068959 em tramitação perante a Egrégia 4ª Câmara do Tribunal de Justiça

5001275-19.2020.8.21.0039

10001530083.V8



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
1ª Vara Cível da Comarca de Viamão

do Estado do Rio Grande do Sul, foram deferidas diversas medidas acautelatórias em face dos investigados, sendo deflagrada no dia 12/02/2020 a “OPERAÇÃO CAPITAL”, onde foi autorizado expressamente o compartilhamento da prova a fim de que fossem propostas as respectivas ações cíveis com a finalidade de resguardar o patrimônio público, bem assim promover a responsabilização dos agentes na seara da improbidade administrativa. Requer a concessão de antecipação dos efeitos da tutela para o fim de determinar: (a) indisponibilidade dos bens até o limite de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); (b) afastamento dos cargos públicos exercidos por André Nunes Pacheco, Sérgio Jesus Cruz Angelo, Pedro Joel de Oliveira, Fabrício Ollermann de Oliveira e William Oliveira Dias, pelo período mínimo de 180 dias e (c) proibição de contratação com o poder público de Ederson Machado dos Santos, Jair Mesquita de Oliveira, Milton Jader Alves Amaral, Pedro Joel de Oliveira, Carlito Nicolait de Mattos, Jaqueline de Azevedo Machado e Aldo Luiz Mees, por intermédio de pessoa física ou jurídica. Pede o prazo de 180 dias para o aditamento da inicial, nos termos do art. 303, §1º, I, do CPC. Junta documentos.

Posteriormente ao ajuizamento da inicial o autor apresentou manifestação protocolada no evento 3, postulando a exclusão do polo passivo de William de Oliveira Dias em razão de erro material.

Decido.

Tendo em vista o noticiado erro material na formação do pólo passivo da demanda, retifique-se a distribuição, excluindo-se o réu William de Oliveira Dias.

O pedido possui natureza cautelar. Pretende o Ministério Público a concessão de medidas que garantam o resultado útil do processo. De acordo com o artigo 305 do Código de Processo Civil, a petição inicial da ação que visa à prestação de tutela cautelar em caráter antecedente indicará a lide e seu fundamento, a exposição sumária do direito que se objetiva assegurar e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, o que vem devidamente apresentado.

Da análise dos elementos de convicção trazidos juntamente à petição inicial entendendo presentes os requisitos para deferimento, ainda que parcial, das medidas liminares, antes mesmo da notificação dos requeridos.

Pelo conteúdo dos dados trazidos a exame é possível identificar indícios de possíveis condutas qualificadas como improbidade administrativa praticada pelos réus. A Constituição Federal de 1988 em seu art. 37, § 4º, assentou que *os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível*.

No período das investigações preliminares, realizadas por meio de interceptação dos telefones usados pelos investigados, descortinou-se possível associação entre os réus acima apontados, alguns exercentes de cargos públicos, com objetivo de frustrar o caráter competitivo de processos licitatórios. Dos diversos diálogos havidos entre os réus, que constam nos relatórios de investigação apresentados pelo Ministério Público, observa-se intensa troca de informações e mensagens que supostamente não constituem exercício regular de direito, mas possivelmente mácula aos deveres do gestor público ante os impositivos



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
1ª Vara Cível da Comarca de Viamão

princípios constitucionais que regem a Administração. A atuação dos particulares parece contribuir e determinar a adoção de práticas vedadas pelo ordenamento jurídico no manejo da coisa pública, de modo a evidenciar, ainda que em juízo de cognição sumária, a configuração de atos de improbidade administrativa.

Veja-se, a propósito, o Relatório de interceptação n. 13/2019 juntado nos autos (doc. 3), de onde se extraem fortes indicativos de fraude em licitação na oportunidade em que Jaqueline afirma que “construiu o edital”, conforme diálogos interceptados da ré Jaqueline, referente à empresa Thema:

Alvo: Jaqueline de Azevedo Machado.

(...)

JAQUELINE: Olha só. E... no dia quatro de junho tem a licitação de agência de publicidade lá de Viamão, tá? E eu construí o edital e tal e assim seria o maior contrato que eu já tive na agência assim. porque é um contrato de cinco anos...

WILLIAM: Ah, sei, sim. Sim.

JAQUELINE: Só que eu tô pensando em não participar, embora eu tenha construído todo o processo.

WILLIAM: Sim, sim.

(...)

JAQUELINE: É, porque tem um áudio assim que eu mando pro Rafael dizendo que o edital tá pronto que se a gente tiver esse novo contrato melhora muito a comunicação, tipo, se ele... se ele tiver pela maldade e ele ainda tiver esse áudio, ele vai largar isso e vai me expor, sabe?

WILLIAM: Não, e mais do que isso, sabe o Jaque, vamos dizer mais, tá? Primeiro que com certeza, hã, vocês vão ser a agência que vai dar o menor valor, independente de qualquer coisa mesmo que tu não conhecesse o edital, conhecesse ele só quando ele fosse publicado, tá? E segundo ponto, hã... quem está agora no poder é... é quem faz artimanhas, entendeu? É quem passa fazendo planos maquiavélicos pra conseguir, hã, hã... se beneficiar de alguma coisa.

JAQUELINE: Dinheiro.

WILLIAM: Isso.

JAQUELINE: É o Jair.

WILLIAM: Tá? É, entendeu? É quem monta a campanha assim, o Jair, por exemplo, ele nunca foi candidato a nada, mas em compensação é ele quem dá, hã, sustentabilidade pro Sarico se candidatar, entendeu?



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
1ª Vara Cível da Comarca de Viamão

Os fatos desvelados e confirmados na Operação Capital vieram a público no início de 2019, quando foi instaurada a CPI na Câmara Municipal, em face do atual Prefeito, para investigação do suposto beneficiamento à empresa Thema. Se extrai do relatório de interceptação n. 10/2019 juntado nos autos (doc. 2), indícios de que o Prefeito atuou na defesa dos interesses da empresa, conforme conversa mantida com o advogado da empresa Thema Alvaro Andre Bergental e o vereador Xandão:

Alvo: André Nunes Pacheco

Advogado da empresa investigada Thema solicita ao Prefeito, que interfira em benefício de sua empresa. Neste caso, o doutor Álvaro André Bergental Leite combina um encontro no Gabinete do Prefeito quando o relator da "CPI da Thema" estiver no local, a fim de que possam conversar todos em ambiente seguro. Mencionam que este relator seria o vereador "Xandão", identificado como Alexandre Gomes Melo. O Prefeito André garante que o Xandão é bem acessível.

ANDRÉ: Bom dia doutor.

ADVOGADO BERGENTAL: Bom dia André, como é que tá meu ilustre, tudo bem?

ANDRÉ: Tudo bom, tudo bem;

ADVOGADO BERGENTAL: André, um minutinho pode?

ANDRÉ: Claro, claro:

ADVOGADO BERGENTAL: André, olha só, fui a Viamão ontem não consegui fala contigo. nem liguei pra ti pra não ti incomoda e eu tava na corrida;

ANDRÉ: Tá!

ADVOGADO BERGENTAL: Protocolei um, um requerimento para ter acesso aos depoimentos, dois depoimentos dum tal de Fernando e o Rafael Bortoletti na CPI da Thema;

ANDRÉ: Tá!

ADVOGADO BERGENTAL: Cuja presidente é a Delamar, essa mulher tá obstruindo a minha vida;

ANDRÉ: Tá!

ADVOGADO BERGENTAL: Ela é a Presidente o relator é o tal de Xandão;

ANDRÉ: Isso;

ADVOGADO BERGENTAL: Eu disse pra ela: "Relatora, presidente, po é tranquilo, direito nosso tranquilo, a senhora qué convoca a Thema vai te que prestá depoimento eu preciso sabe o que que o, a outra parte falô, etc e tal." Pois é por que eu

5001275-19.2020.8.21.0039

10001530083.V8



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
1ª Vara Cível da Comarca de Viamão

recebi o requerimento por que eu passei agora pro relator, por que o relator vai te que vê e vai mi devolvê, depois é o senhor vai vê, não sei o que... tal de Xandão? é fácil chegá nesse cara?

ANDRÉ: Anhã, sim. claro que sim é acessível claro, claro que sim;

ADVOGADO BERGENTAL: Eu consigo o telefone do Xandão como?

ANDRÉ: Eu consigo ele pra ti... eu consigo;

ADVOGADO BERGENTAL: Pra eu pode fala com ele, de que partido ele é?

ANDRÉ: Ele e do PRB;

ADVOGADO BERGENTAL: Tem algum posicionamento nessas posições?

ANDRÉ: Não, não, não e tranquilo, e tranquilo, ele é um vereador bem bem ativo ali e quero dizê que ele vai tá aqui comigo as duas horas hoje. no gabinete;

ADVOGADO BERGENTAL: Vai tá aí as duas horas? ANDRÉ: Ele vai estar aqui as duas horas no gabinete tratando duma demanda da, duma comunidade dele lá; ADVOGADO BERGENTAL: Posso ir?

ANDRÉ: Claro. pode tá aqui;

ADVOGADO BERGENTAL: Só chegá, não participa. só chegá e aí que tu fizesse uma ponte com ele pra mim, pra mim liberá esse nego,

ANDRÉ: Claro, claro;

ADVOGADO BERGENTAL: Cara eles querem convoca a Thema pra semana que vem e eu quero sabe o que que o Rafael falo contra a Thema André;

ANDRÉ: Claro;

ADVOGADO BERGENTAL: Pra eu não precisá entra com mandado de segurança essa, essa mulher tá tá obstruindo a minha vida tchê; ANDRÉ: Eu sei ela tá. ela tá bem, ela tá bem contra, bem contra;

ADVOGADO BERGENTAL: Poxa, então eu posso tá contigo as duas horas então aí meu irmão? ANDRÉ: Pode sim duas hora eu tô aqui;

ADVOGADO BERGENTAL: Quinze pras duas tô chegando aí, um abraço pra ti;

ANDRÉ: Beleza, um abraço.

(...)



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
1ª Vara Cível da Comarca de Viamão

Em outro relatório de interceptação telefônica n. 30/2019 (doc. 6), possível concluir que, em diversas oportunidades, houve determinação para quebra da ordem de pagamentos dos credores do Ente Municipal, com a finalidade de beneficiar a empresa Koletar Eirelli -EPP, que pertence ao vereador Sérgio Jesus Cruz Angelo, inclusive com determinação para que as verbas fossem retiradas do SUS para pagar os empenhos feitos em prol da empresa.

Os diálogos subsequentes revelam a forma como os demandados se organizavam para fraudar, frustrar a competitividade da licitação, desviar verba para recebimento preferencial com favorecimento pessoal, vantagem ilícita, dano ao erário e desatendimento aos princípios do direito administrativo.

Com efeito, reputo haver elementos de convicção preliminares tendentes a desnudar a participação dos demandados nos atos de improbidade invocados na inicial. A ré Jaqueline foi flagrada diversas vezes acertando detalhes e informações acerca das licitações levadas a efeito pelo poder Executivo local. Pedro Joel e o vereador Sergio Cruz Angelo, com conhecimento do Prefeito, determinaram e efetivaram diversos pagamentos indevidos à empresa Koletar. Já os réus Ederson, Carlito, Milton e Jair atuaram no intuito de fraudar licitação, objetivando garantir a contratação da empresa IPM Sistemas, pertencente a Aldo Luis Mess. Os representantes da empresa elaboraram e repassaram editais e documentos, restritos à competição, pré-direcionados ao êxito da IPM Sistemas. Igualmente, as interceptações revelam a conduta de Luis Carlos, Jackson e Fabrício no sentido de beneficiar empresas em licitação, envolvendo diversos agentes vinculados à Administração Pública de Viamão, os quais, vêm agindo, ao que tudo que indica, com a chancela e sob coordenação do Prefeito André Nunes Pacheco.

Está presente, de outra banda, o perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo. É latente a possibilidade de que os réus voltem a contratar com a Administração Municipal, em razão das áreas que atuam, especificamente coleta, transporte e destino de resíduos sólidos, sistemas para a gestão pública, prestação de serviços e consultoria empresarial. Mostram-se justificadas, assim, as medidas de indisponibilidade de bens e a proibição de contratar com o serviço público.

A proibição de contratação com o poder público busca resguardar o interesse da coletividade, uma vez que a documentação até então acostada traz indícios de irregularidades nessas contratações. Demonstrados que alguns dos demandados concorrem entre si nas licitações, simulando pluralidade de interessados com manipulação do resultado final, a fim de evitar futuros danos ao Município de Viamão em outras contratações irregulares, mostra-se razoável o deferimento da liminar pleiteada.

Tocante à indisponibilidade de bens, havendo indícios de prática de atos de improbidade administrativa, possível a concessão de medida liminar independentemente de comprovação da intenção ou de efetiva dilapidação do patrimônio. Também não há prejuízo quanto à indisponibilidade averbada, uma vez que a presente decisão assegura o ressarcimento ao erário e não há impedimento quanto à utilização da coisa, mas a sua alienação, doação, hipoteca, permuta, enfim, atos concernentes a transferência da propriedade do bem.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
1ª Vara Cível da Comarca de Viamão

Por outro lado, não vislumbro presente a possibilidade de deferimento da medida cautelar de afastamento do Prefeito e dos secretários indicados na inicial. Conforme disposto no parágrafo único do art. 20, Lei nº 8.429/92, a autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária, especificamente, à instrução processual.

Da análise do referido dispositivo extrai-se que o afastamento cautelar constitui medida excepcional, devendo ser determinada nos casos em que restar caracterizada, de forma inequívoca, qualquer ação ou omissão do agente público que possa prejudicar a instrução processual, o que não ocorre no caso dos autos, tampouco tendo sido mencionada na postulação.

Ainda que o autor tenha referido que os demandados possuem amplo relacionamento na Câmara com vasta rede de contatos políticos, não restou demonstrado que a permanência dos réus nos cargos públicos ora ocupados causará prejuízo à instrução processual.

Neste sentido:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. MEDIDA CAUTELAR. INDISPONIBILIDADE E SEQUESTRO DE BENS. REQUERIMENTO NA INICIAL DA AÇÃO PRINCIPAL. DEFERIMENTO DE LIMINAR INAUDITA ALTERA PARS ANTES DA NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. POSSIBILIDADE. ARTS. 7º E 16 DA LEI 8429/92. AFASTAMENTO DO CARGO. DANO À INSTRUÇÃO PROCESSUAL. INTELIGÊNCIA DO ART. 20 DA LEI 8.429/92. EXCEPCIONALIDADE DA MEDIDA. 1. É lícita a concessão de liminar inaudita altera pars (art. 804 do CPC) em sede de medida cautelar preparatória ou incidental, antes do recebimento da Ação Civil Pública, para a decretação de indisponibilidade (art. 7º, da Lei 8429/92) e de sequestro de bens, incluído o bloqueio de ativos do agente público ou de terceiro beneficiado pelo ato de improbidade (art. 16 da Lei 8.429/92), porquanto medidas assecuratórias do resultado útil da tutela jurisdicional, qual seja, reparação do dano ao erário ou de restituição de bens e valores havidos ilicitamente por ato de improbidade. Precedentes do STJ: REsp 821.720/DF, DJ 30.11.2007; REsp 206222/SP, DJ 13.02.2006 e REsp 293797/AC, DJ 11.06.2001. 2. Os arts 7º e 16, §§ 1º e 2º, da Lei 8.429/92, que tratam da indisponibilidade e do sequestro de bens, dispõem: Art. 7º Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado. Parágrafo único. A indisponibilidade a que se refere o caput deste artigo recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano, ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito. Art. 16. Havendo fundados indícios de responsabilidade, a comissão representará ao Ministério Público ou à procuradoria do órgão para que requeira ao juízo competente a decretação do sequestro dos bens do agente ou terceiro que tenha enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público. § 1º O pedido de sequestro será processado de acordo com o disposto nos arts. 822 e 825 do Código de Processo Civil. § 2º Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações financeiras mantidas pelo indiciado no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais." 3. O art. 20 da Lei 8429/92, que dispõe sobre o afastamento do agente público, preceitua: "Art. 20. A perda da



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
1ª Vara Cível da Comarca de Viamão

função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória. Parágrafo único. A autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual." 4. A exegese do art. 20 da Lei 8.249/92 impõe cautela e temperamento, especialmente porque a perda da função pública, bem assim a suspensão dos direitos políticos, porquanto modalidades de sanção, carecem da observância do princípio da garantia de defesa, assegurado no art. 5º, LV da CF, juntamente com a obrigatoriedade do contraditório, como decorrência do devido processo legal (CF, art. 5º, LIV), requisitos que, em princípio, não se harmonizam com o deferimento de liminar inaudita altera pars, exceto se efetivamente comprovado que a permanência do agente público no exercício de suas funções públicas importará em ameaça à instrução do processo. 5. A possibilidade de in limine do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, porquanto medida extrema, exige prova incontroversa de que a sua permanência poderá ensejar dano efetivo à instrução processual, máxime porque a hipotética possibilidade de sua ocorrência não legitima medida dessa envergadura. Precedentes do STJ: REsp 604.832/ES, DJ de 21.11.2005; AgRg na MC 10.155/SP, DJ de 24.10.2005; AgRg na SL 9/PR, DJ de 26.09.2005 e Resp 550.135/MG, DJ de 08.03.2004. 6. É cediço na Corte que: "Segundo o art. 20, caput, da Lei 8.429/92, a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos, como sanção por improbidade administrativa, só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória. Assim, o afastamento cautelar do agente de seu cargo, previsto no parágrafo único, somente se legitima como medida excepcional, quando for manifesta sua indispensabilidade. A observância dessas exigências se mostra ainda mais pertinente em casos de mandato eletivo, cuja suspensão, considerada a temporariedade do cargo e a natural demora na instrução de ações de improbidade pode, na prática, acarretar a própria perda definitiva. Nesta hipótese, aquela situação de excepcionalidade se configura tão-somente com a demonstração de um comportamento do agente público que, no exercício de suas funções públicas e em virtude dele, importe efetiva ameaça à instrução do processo" (AgRg na MC 10155/SP, DJ 24.10.2005). 7. Recurso Especial parcialmente provido para reconhecer a possibilidade de deferimento de liminar inaudita altera pars (art. 804 do CPC), apenas, para a decretação de indisponibilidade (art. 7º, da Lei 8429/92) e de seqüestro de bens, incluído o bloqueio de ativos do agente público ou de terceiro beneficiado pelo ato de improbidade (art. 16 da Lei 8.429/92). (REsp 929.483/BA, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 02/12/2008, DJe 17/12/2008)

Além disso, tratando-se de mandato eletivo, a medida de afastamento cautelar do cargo deve ser analisada com ainda maior cautela, sob pena de acarretar a perda definitiva do mandato, diante da temporariedade do cargo e do necessário processamento do feito até decisão final.

Registro, por fim, que as medidas não se revestem com a roupagem inerente à irreversibilidade, podendo ser modificadas a qualquer tempo, caso comprovada a alteração das circunstâncias examinadas.

Assim, diante do exposto, defiro parcialmente as medidas liminares, para:

a) Determinar a proibição cautelar de contratação com o poder público de Ederson Machado dos Santos, Jair Mesquita de Oliveira, Milton Jader Alves do Amaral, Pedro Joel de Oliveira, Carlito Nicolait de Mattos, Jaqueline de Azevedo Machado e Aldo



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
1ª Vara Cível da Comarca de Viamão

Luis Mess, por intermédio de pessoa física ou jurídica;

b) Decretar a indisponibilidade dos bens imóveis indicados no item "a" da petição inicial, devendo ser expedido ofício aos Registros de Imóveis comunicando a indisponibilidade dos bens e solicitando averbação, bem assim decretar a indisponibilidade de veículos registrados em nome dos demandados, por meio do sistema RENAJUD, até o limite de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

Oficie-se o Detran de Santa Catarina, cujo endereço deverá ser fornecido pelo autor, solicitando informações sobre veículos registrados em nomes dos réus.

Citem-se e intmem-se os réus da presente decisão.

Intime-se o autor para que apresente o pedido principal, **no prazo de 30 dias** (art. 308 do CPC c/c art. 17 da Lei n. 8.429/92), tratando-se de ação com natureza cautelar, não havendo respaldo legislativo para o deferimento de prazo diverso.

Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANO DE AZEREDO MACHADO, Juiz de Direito**, em 5/3/2020, às 2:8:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10001530083v8** e o código CRC **29423dab**.

5001275-19.2020.8.21.0039

10001530083.V8